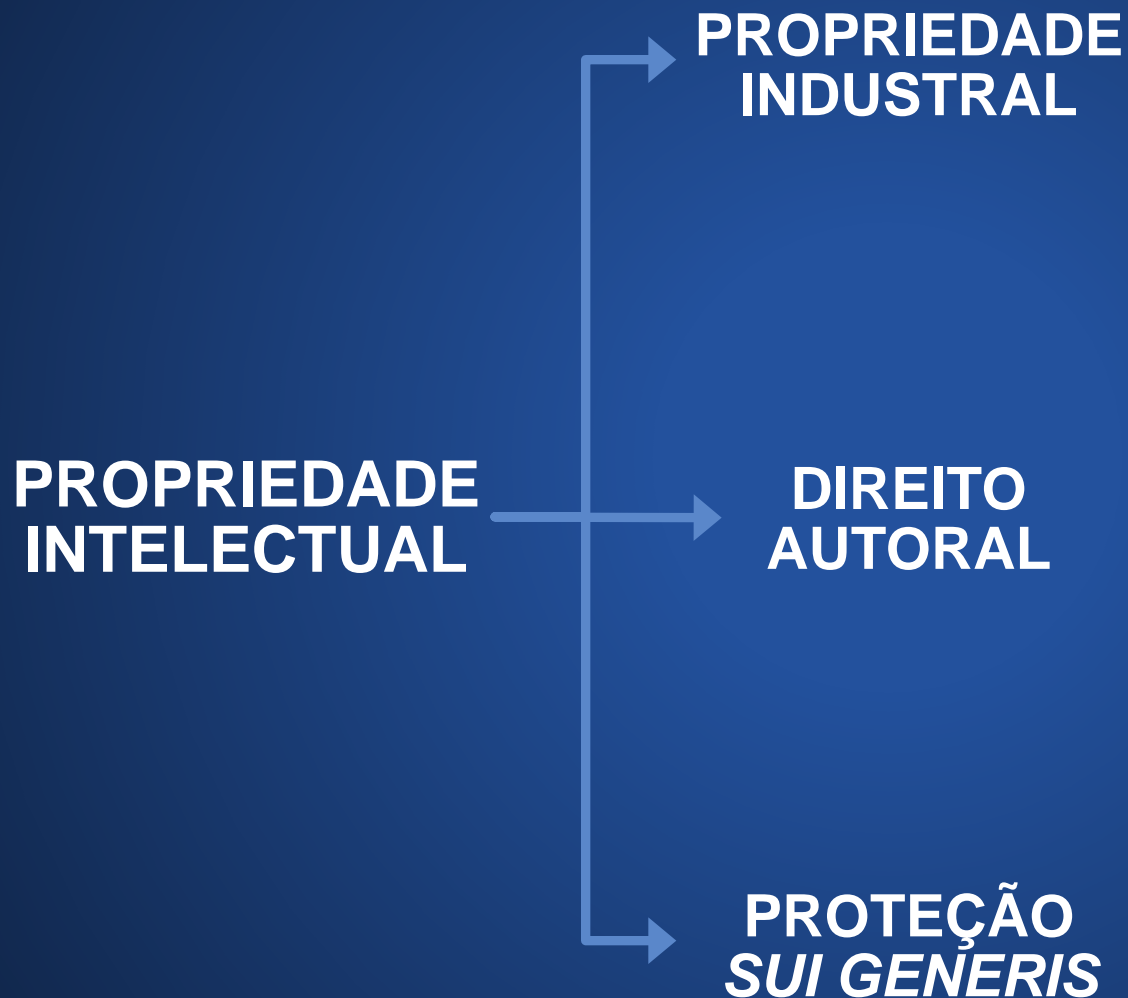
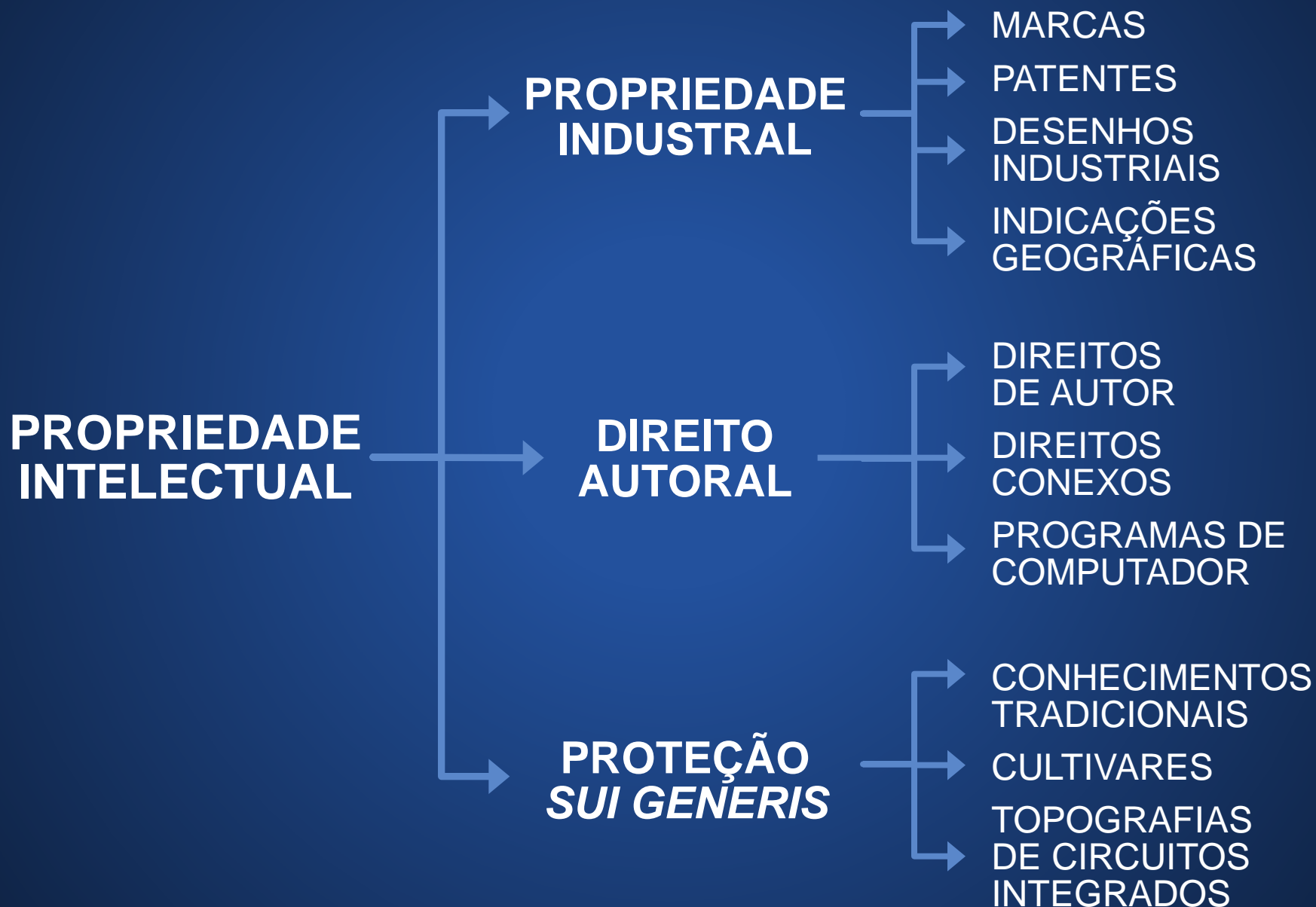
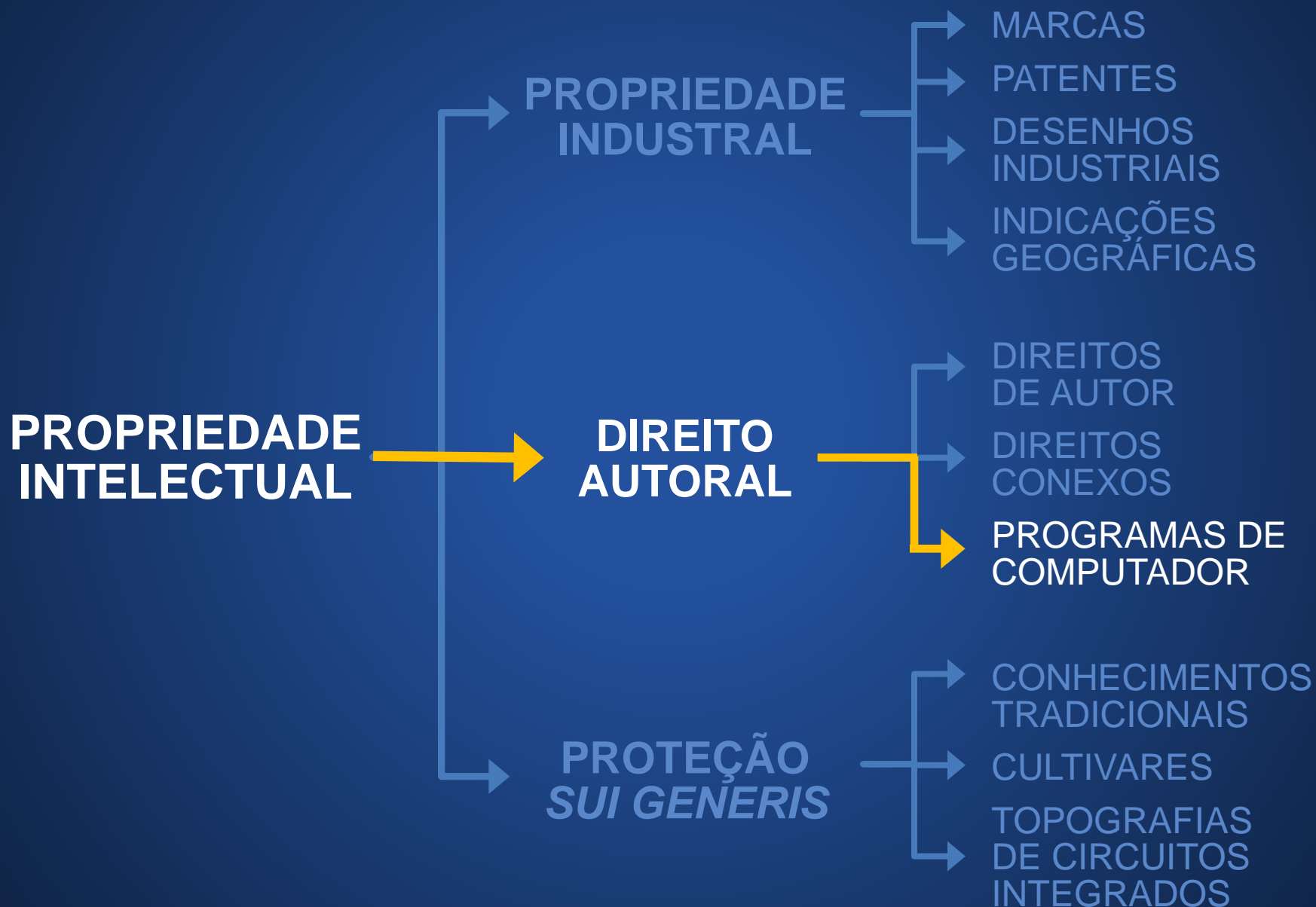


PROTEÇÃO AO PROGRAMA DE COMPUTADOR

Divisão de Registro de Programas de
Computador e Topografia de Circuitos
DICIG / CGIR / DIPTO







HISTÓRICO

- **Décadas de 50 e 60** – venda conjunta hardware - software (este último com pouco valor);
- **Década de 70** – IBM passa a vender o software separadamente (terceirização);
- **Década de 80** – discussão sobre o modelo de proteção intelectual. Adoção do direito autoral (posição defendida pelos EUA).

LEI 9.279/96

LEI DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

ARTIGO 8º.

É patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial

ARTIGO 10

Não se considera invenção nem modelo de utilidade:

- I descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos
- II concepções puramente abstratas
- III esquemas, planos, princípios ou métodos comerciais, contábeis, financeiros, educativos, publicitários...
- IV as obras literárias, arquitetônicas, artísticas e científicas
- V **programas de computador em si**

1994

ACORDO TRIPS

ARTIGO 10

Programas de computador, em código fonte ou objeto, serão protegidos **como obras literárias** pela Convenção de Berna

LEI 9.609/98

LEI DE SOFTWARE

ARTIGO 2º.

O **regime de proteção** à propriedade intelectual de programa de computador é o conferido às **obras literárias pela legislação de direitos autorais** e conexos vigente no País, observado o disposto nesta Lei

LEI 9.610/98

LEI DE DIREITO AUTORAL

ARTIGO 7º.

São **obras intelectuais protegidas** as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte (...) tais como:

- I os textos de obras literárias, artísticas ou científicas
- II as conferências, alocuções, sermões
- III as obras dramáticas e dramático-musicais
- IV as obras coreográficas e pantomímicas
- V as composições musicais, tenham ou não letra
- ⋮
- XII **os programas de computador**

LEI 9.610/98

LEI DE DIREITO AUTORAL

ARTIGO 7º.

São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte (...) tais como:

XII Os programas de computador

§ 1º Os programas de computador são objeto de **legislação específica**, observadas as disposições desta Lei que lhes sejam aplicáveis.

LEI 9.609/98

LEI 9.610/98

**A proteção do software tem
natureza jurídica de direito autoral
e não de direito de propriedade industrial**

	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	DIREITO AUTORAL
LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL	1883 Convenção da União de Paris (CUP)	1886 Convenção da União de Berna (CUB)
	1994 Acordo TRIPS	1994 Acordo TRIPS
LEGISLAÇÃO NACIONAL	1996 Lei da Propriedade Industrial (LPI)	1998 Lei do Programa de Computador
		1998 Lei dos Direitos Autorais

OBJETO DE PROTEÇÃO NO PROGRAMA DE COMPUTADOR

LEI 9.610/98

LEI DE DIREITO AUTORAL

ARTIGO 7º, § 3º.

No domínio das ciências, a proteção das obras recairá sobre a forma literária ou artística, não abrangendo o seu conteúdo científico ou técnico, sem prejuízo dos direitos que protegem os demais campos da propriedade imaterial

LEI 9.610/98

LEI DE DIREITO AUTORAL

ARTIGO 7º, § 3º.



No domínio das ciências, a proteção das obras recairá sobre a forma literária ou artística, não abrangend o seu conteúdo científico ou técnico, sem prejuízo dos direitos que protegem os demais campos da propriedade imaterial

LEI 9.610/98

LEI DE DIREITO AUTORAL

ARTIGO 8º.

Não são objeto de proteção como direitos autorais :

- I **as idéias**, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais
- II os esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios
- ⋮
- VII o aproveitamento industrial ou comercial das idéias contidas nas obras

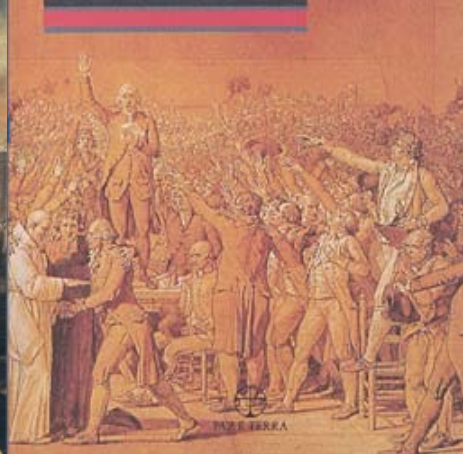
~~IDÉIAS~~ EXPRESSÃO

OBRA INTELECTUAL	FORMA DE EXPRESSÃO
Literária ou científica	Texto
Obra oral	Palavra
Obra musical	Som
Obra de arte figurativa	Desenho, cor, volume

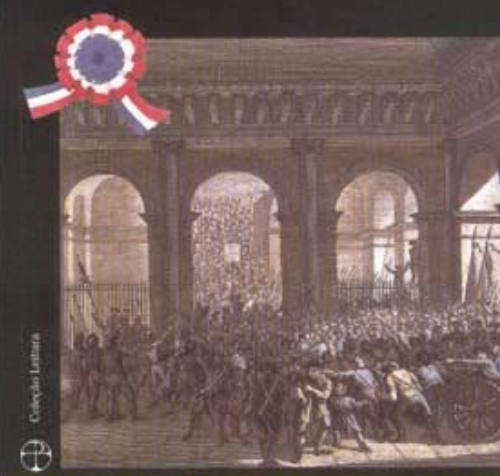
Max Gallo
REVOLUÇÃO FRANCESA
 Vol. 2 - ÀS ARMAS, CIDADÃOS! (1793-1799)



JEAN TULARD
HISTÓRIA DA
REVOLUÇÃO
FRANCESA
 1789-1799



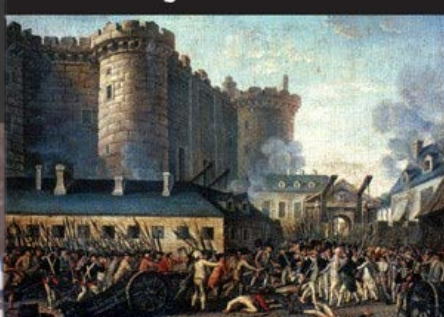
A REVOLUÇÃO
FRANCESA
E. J. Hobsbawm



PAZ E TERRA

L3:PMROCKETENCYCLOPEDIA

Frédéric Bluche/Stéphane Rials/Jean Tulard
Revolução Francesa



REVOLUÇÃO FRANCESA - (1789-1799)
 Conjunto de movimentos revolucionários que decretaram o fim do Antigo Regime na França. Teve como origem imediata a convocação dos Estados Gerais em Versalhes (5 de maio de 1789) e o estabelecimento da Assembleia Nacional pelos deputados do Terceiro Estado (17 de junho). O 14 de julho de 1789 tornou-se emblemático, pois foi o dia em que o povo de Paris invadiu a prisão-fortaleza da Bastilha para libertar os presos e desafiar a monarquia. Simboliza também a detonação

2ª EDIÇÃO
A REVOLUÇÃO
FRANCESA
Georges Lefebvre



albert soboul

REVOLUÇÃO
FRANCESA



MICHEL VOVELLE
A REVOLUÇÃO FRANCESA
 1789-1799

LUGAR DA HISTÓRIA

70



A
REVOLUÇÃO
FRANCESA

1789-1989

LEI 9.609/98

LEI DE SOFTWARE

ARTIGO 1º.

Programa de computador é a **expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada**, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, **para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados**



PROBLEMA ← **SOLUÇÃO**

**FINS
DETER-
MINADOS**

FUNCIONAMENTO
DA MÁQUINA
(EQUIPAMENTO,
PERIFÉRICO ETC)



**EXECUÇÃO DA
INSTRUÇÃO**



ME
MO
RY

MÁQUINA DE
TRATAMENTO DA
INFORMAÇÃO
(PROCESSADOR)

EXPRESSÃO
DA SOLUÇÃO
(CONJUNTO DE
INSTRUÇÕES)

**OBJETO DE
PROTEÇÃO
DO PROGRAMA
DE COMPUTADOR**

LEI 9.610/98

LEI DE DIREITO AUTORAL

ARTIGO 41

Os direitos patrimoniais do autor perduram por **setenta anos** contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu **falecimento**, obedecida a ordem sucessória da lei civil

LEI 9.609/98

LEI DE SOFTWARE

DIREITOS PATRIMONIAIS

ARTIGO 2º., § 2º.

Fica assegurada a tutela dos direitos relativos a programa de computador pelo prazo de **cinquenta anos**, contados a partir de 1º. de janeiro do ano subsequente ao da sua **publicação** ou, na ausência desta, da sua criação.

LEI 9.609/98

LEI DE SOFTWARE

OBJETO DA PROTEÇÃO

A forma como a idéia se expressa
(não a idéia em si)

CONCESSÃO DO DIREITO

Nasce com a criação independente da obra

REGISTRO

Facultativo, não sendo constitutivo de direito.
É meio de se provar a autoria

VALIDADE DO DIREITO

50 anos, contados a partir de 1º de janeiro do
ano seguinte à data de criação ou publicação

DIREITO CONCEDIDO

Impedir a reprodução, distribuição e
comercialização da obra, sem o consentimento
do titular

LEI 9.610/98

LEI DE DIREITO AUTORAL

ARTIGO 11

Autor é a **pessoa física** criadora de obra literária, artística ou científica

ARTIGO 22

Pertencem ao autor os direitos **morais** e **patrimoniais** sobre a obra que criou

DIREITOS DE AUTOR

```
graph TD; A[DIREITOS DE AUTOR] --> B[DIREITOS MORAIS (criação)]; A --> C[DIREITOS PATRIMONIAIS (pecuniário)];
```

**DIREITOS
MORAIS**
(criação)

inalienáveis e
irrenunciáveis

**DIREITOS
PATRIMONIAIS**
(pecuniário)

negociáveis

LEI 9.610/98

LEI DE DIREITO AUTORAL

ARTIGO 22

São direitos morais do autor:

- I reivindicar a autoria da obra
- II na utilização de sua obra constar como autor
- III conservar a obra inédita
- IV opor-se a modificações da obra (integridade)
- V modificar a obra, antes ou depois de utilizada
- VI retirar de circulação a obra
- VII ter acesso a exemplar único e raro da obra

LEI 9.610/98

LEI DE DIREITO AUTORAL

DIREITOS PATRIMONIAIS

ARTIGO 28

Cabe ao autor o **direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor** da obra literária, artística ou científica

ARTIGO 29

Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades

ARTIGO 33

Ninguém pode reproduzir obra que não pertença ao domínio público, a pretexto de anotá-la, comentá-la ou melhorá-la, sem permissão do autor

LEI 9.610/98

LEI DE DIREITO AUTORAL

DIREITOS PATRIMONIAIS

Modalidades de utilização da obra:

- Reprodução
- Edição
- Adaptação
- Tradução
- Distribuição
- etc.

**DEPENDEM DE AUTORIZAÇÃO
PRÉVIA E EXPRESSA DO AUTOR**

LEI 9.609/98

LEI DE SOFTWARE

DIREITOS MORAIS DO AUTOR

ARTIGO 2º., §1º

Não se aplicam ao programa de computador as disposições relativas aos direitos morais, ressalvado o direito do autor de:

- reivindicar a paternidade do programa
- opor-se a alterações não-autorizadas, quando estas impliquem em deformação, mutilação ou modificação ... que prejudiquem a sua honra ou a sua reputação

LEI 9.609/98

LEI DE SOFTWARE

DIREITOS PATRIMONIAIS

ARTIGO 4º.

Salvo estipulação em contrário, pertencerão exclusivamente ao empregador ou contratante os direitos relativos ao programa de computador

- ✓ desenvolvido durante a vigência de contrato ou vínculo destinado à P&D (atividade prevista)
- ✓ salvo ajuste em contrário, remuneração é o salário
- ✓ Bolsista, estagiário e assemelhados.

LEI 9.609/98

LEI DE SOFTWARE

DIREITOS PATRIMONIAIS

ARTIGO 4º, §2º

Pertencerão, com exclusividade, ao empregado os direitos concernentes a programa de computador

- ✓ gerado sem relação com o contrato de trabalho, prestação de serviço ou vínculo estatutário
- e
- ✓ sem utilização de recursos, informações tecnológicas, segredos materiais, instalações ou equipamentos do empregador, da empresa ou entidade com vínculo

	LEI DE DIREITO AUTORAL	LEI DE SOFTWARE
Duração dos direitos	Por 70 anos após falecimento do autor	Por 50 anos após publicação/criação
Autorização para Modificações	Autor é quem autoriza	Titular é quem autoriza
Titularidade com vínculo empregatício	Autor é o titular	Empregador é o titular

LEI 9.609/98

LEI DE SOFTWARE

ARTIGO 6º

Não constituem ofensa aos direitos do titular de programa de computador:

- **reprodução , em um só exemplar**, de cópia adquirida de forma legítima, desde que se destine à cópia de salvaguarda,
- **citação parcial , para fins didáticos** , desde que sejam identificados o programa e o titular dos respectivos direitos;
- **integração de um programa**, desde que sejam mantidas suas características essenciais, a um sistema aplicativo ou operacional

LEI 9.609/98

LEI DE SOFTWARE

ARTIGO 6º (CONTINUAÇÃO)

Ocorrência de semelhança de programa a outro já existente, quando se der por (1) força das características funcionais de sua aplicação (“*doctrine of functionality*”), (2) da observância de preceitos normativos e técnicos (“*doctrine of scènes-à-faire*”) ou (3) de limitação de forma alternativa para a sua expressão (“*forma necessária*” ou “*merger doctrine*”);

- 1 - Programas que executam as mesmas funções (“funcionalmente equivalentes”) podem apresentar semelhanças em virtude das características funcionais;
- 2 - Semelhanças decorrentes do ambiente computacional ou de fatores técnicos não constituem infração.
- 3 – Quando a forma de expressão coincide com o conceito subjacente (idéia), há a fusão da forma com o conteúdo.

**POSSO
PATENTEAR
MEU SOFTWARE?**

LEI 9.279/96

LEI DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

ARTIGO 8º.

É patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial

ARTIGO 10

Não se considera invenção:

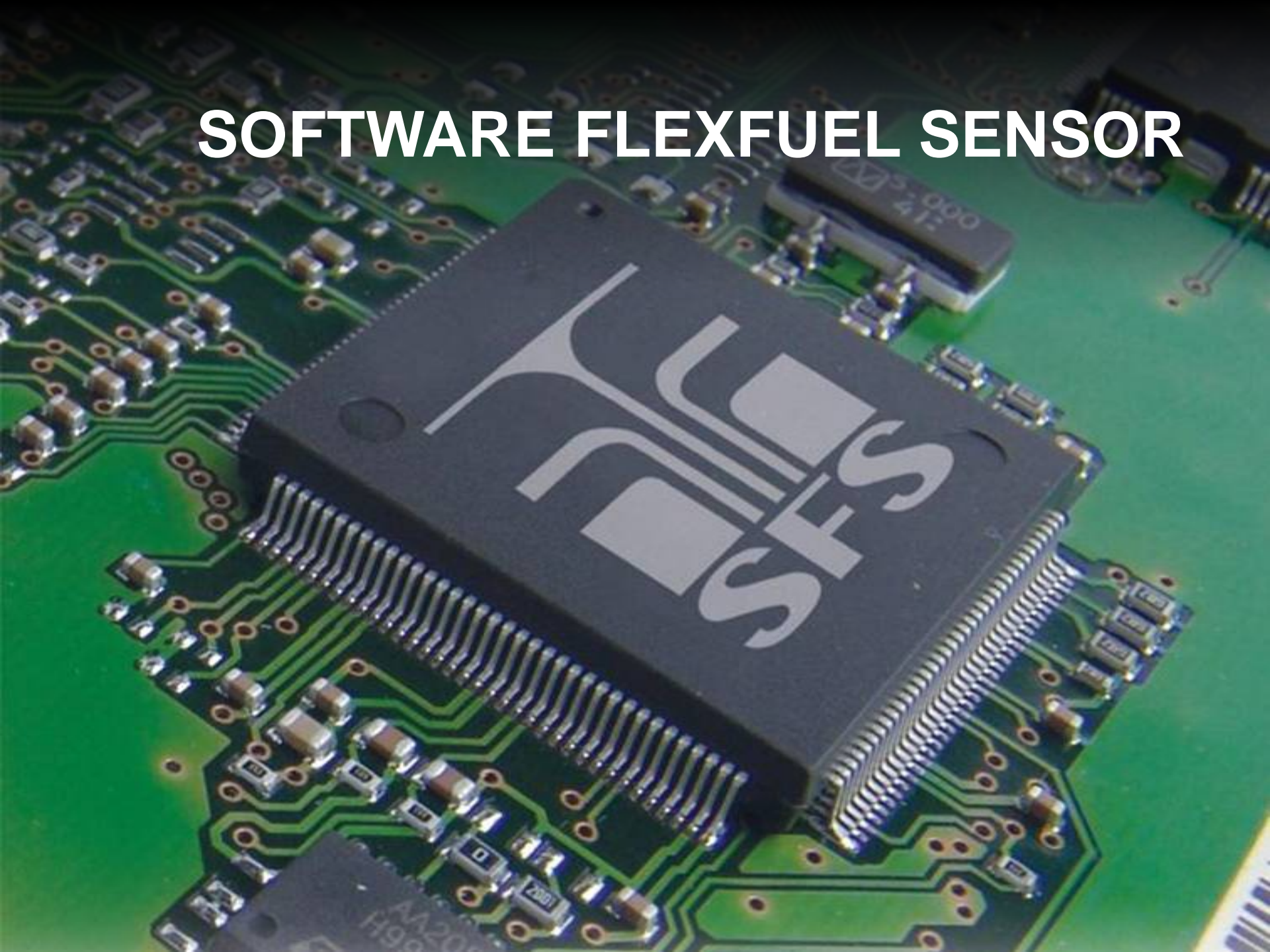
- I descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos
- II concepções puramente abstratas
- III esquemas, planos, princípios ou métodos comerciais, contábeis, financeiros, educativos, publicitários...
- IV as obras literárias, arquitetônicas, artísticas e científicas
- V programas de computador em si



A TECNOLOGIA BI-COMBÚSTIVEL



SOFTWARE FLEXFUEL SENSOR



PRODUTO	EFEITO TÉCNICO	INVENÇÃO PATENTEÁVEL?
Programa de computador em si> Não	Excluído da proteção patentária
Programa alterando tecnicamente o funcionamento da máquina em que é executado> Sim	O processo de controle da máquina ou a máquina resultante podem configurar uma invenção patenteável

IMPORTANTE

AS MODALIDADES DE PROPRIEDADE
INTELECTUAL PARA A PROTEÇÃO DE
PROGRAMAS DE COMPUTADOR
NÃO SÃO EXCLUDENTES.

SÃO COMPLEMENTARES.

ALGUNS MITOS SOBRE SOFTWARES

ALGUNS MITOS SOBRE SOFTWARES

Mudar 50% do código remove a proteção

Não! → Ainda assim constitui obra derivada
→ O titular ainda é detentor dos direitos

ALGUNS MITOS SOBRE SOFTWARES

Mudar 50% do código remove a proteção

Não! → Ainda assim constitui obra derivada
→ O titular ainda é detentor dos direitos

Acessível publicamente = Disponível

Não! → Acessível ≠ permitido
→ É necessário checar de onde veio
→ A fonte tem o direito de distribuir?



© 2006 Manny Garcia / The Associated Press



© 2006 Mannie Garcia / The Associated Press





2006 Mannie Garcia



Sheppard Fairey

ALGUNS MITOS SOBRE SOFTWARES

Mudar 50% do código remove a proteção

Não! → Ainda assim constitui obra derivada
→ O titular ainda é detentor dos direitos

Acessível publicamente = Disponível

Não! → Acessível ≠ permitido
→ É necessário checar de onde veio
→ A fonte tem o direito de distribuir?

DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE

DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE

- Desenvolvedores enfrentam questões de PI
- Não apenas quanto a softwares protegidos, mas também quanto a marcas e patentes
- Violações de direitos podem ser acidentais
- Riscos legais e financeiros





LICENCIAMENTO: LIVRE x PROPRIETÁRIO

- O uso de programa de computador no País será objeto de contrato de licença
- O titular pode escolher o tipo de licença
— **Talvez!**
- Software livre \neq Software grátis
- Atenção com as licenças

Notícias

ÚLTIMO SEGUNDO

15/12 - 11:50hs

Fabricantes de eletrônicos são processados por violação da licença GPL

**14 empresas foram pegas usando o Busybox em seus dispositivos,
sem redistribuir o código-fonte**

Geek

Por Antonio Blanc

O SFLC (Software Freedom Law Center), uma organização sem fins lucrativos fundada em 2005 com o objetivo de fornecer apoio legal a desenvolvedores de software livre e open source, está [movendo um processo](#) contra 14 grandes fabricantes de eletrônicos por violação da licença GPL. Mais especificamente, por se utilizar de código GPL no “firmware” de seus aparelhos sem redistribuir o código-fonte e modificações associadas, conforme exige a licença.

O software em questão é o BusyBox (www.busybox.net), um utilitário muito usado em [distribuições Linux](#) para sistemas embarcados, que de uma vez só substitui inúmeros comandos que o usuário espera encontrar em modo texto, consumindo menos espaço em disco e memória RAM. Originalmente escrito por Bruce Perens, o software atualmente é mantido por Denys Vlasenko, Erik Andersen e Rob Landley, todos conhecidos ativistas na comunidade de desenvolvedores de software livre.

CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

- Titularidade:
Contrato / vínculo x Cessão de direitos

Modelo de Documento de CESSÃO DE DIREITOS

CEDENTE: (Q U A L I F I C A Ç Ã O - Nome, CGC ou CPF Nº, Nacionalidade, Estado Civil, Profissão, Endereço Completo)

CESSIONÁRIO: (Q U A L I F I C A Ç Ã O - Nome, CGC ou CPF Nº, Nacionalidade, Estado Civil, Profissão, Endereço Completo)

Pelo presente instrumento particular, nesta e na melhor forma de direito, o(s) CEDENTE(S), cedem ao(s) CESSIONÁRIO(S), todos os direitos patrimoniais relativos ao Programa de Computador intitulado (_____), na forma e para os fins do disposto nos Artigos 49, 50 e 51 da Lei nº 9.610, de 19/02/98, a título gratuito/ recebendo para tanto o valor de R\$ (+ valor por extenso), sem qualquer restrição quanto à forma, tempo ou lugar/com as seguintes restrições (_____).

Por ser a expressão da verdade, este documento é assinado, na presença de duas testemunhas, devidamente qualificadas, que também o assinam.

Local / Data (datar e assinar)

CEDENTE - nome

CESSIONÁRIO - nome

CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

- Titularidade:
Contrato / vínculo x Cessão de direitos

CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

- Titularidade:
Contrato / vínculo x Cessão de direitos
- Procure obter direito de uso de todo material

CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

- Titularidade:
Contrato / vínculo x Cessão de direitos
- Procure obter direito de uso de todo material
- Se obtido do cliente, garanta que este tenha obtido todos os direitos necessários
- Se obtido na internet, procure a fonte original para licenças

O REGISTRO NO INPI DO PROGRAMA DE COMPUTADOR

VANTAGENS DO REGISTRO NO INPI

- ✓ Instrumento legítimo para a comprovação da autoria (ainda que relativa) e da titularidade do software
- ✓ Segurança jurídica nos negócios envolvendo o software (apropriação de ativos intangíveis)
- ✓ Nos casos de transferência de direitos, o contrato averbado no certificado garante os direitos contra terceiros (eficácia erga omnes)

VANTAGENS DO REGISTRO NO INPI

- ✓ Abrangência internacional (TRIPS)
- ✓ Requisito indispensável para a concorrência em licitações
- ✓ Requisito necessário para algumas certificações internacionais

O PEDIDO DE REGISTRO DE PROGRAMA DE COMPUTADOR

DOCUMENTAÇÃO
FORMAL



DOCUMENTAÇÃO
TÉCNICA

INPI
PEDIDO DE REGISTRO DE
PROGRAMA DE COMPUTADOR

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO (Para uso do INPI)
Número do Pedido: _____ Protocolo, Data e Hora: _____

DADOS DO AUTOR DO PROGRAMA
Nº de Autores: _____ Se mais de um, preencha a "Continuação", com todos os dados solicitados nesta Quarta, Data e Assinatura.
CPF: _____
Nome: _____
Nome Abreviado, pseudônimo ou sinal convencional (se houver): _____
Data de Nascimento: _____ Nacionalidade: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ UF: _____ País: _____
CEP: _____ Telefone: _____ FAX: _____
E-mail: _____

DADOS DO TITULAR DOS DIREITOS PATRIMONIAIS
Nº de Titulares: _____ Se mais de um, preencha a "Continuação", com todos os dados solicitados nesta Quarta, Data e Assinatura.
CPF/CNPJ: _____
Nome/Razão Social: _____
Nome abreviado, pseudônimo ou sinal convencional (se houver): _____
Data de Nascimento: _____ Nacionalidade: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ UF: _____ País: _____
CEP: _____ Telefone: _____ FAX: _____
E-mail: _____

☒ **Atividade Técnica e Pesquisa Aplicada, Caso a invenção seja considerada inovadora:**
☐ Órgão Público ☐ Sociedade com intuito não econômico ☐ Microempresa ☐ Software House
☐ Instituição Pública de Ensino ou Pesquisa ☐ Instituição Privada de Ensino ou Pesquisa ☐ Outras

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA E CONTATO (Preencha apenas o necessário)
Toda correspondência será enviada para: ☐ O Procurador ou ☐ O Titular acima do
☐ Escaninho nº _____ ☐ Representação INPI em _____ ☐ O Endereço abaixo:
Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ UF: _____ País: _____
CEP: _____ Telefone: _____ FAX: _____
E-mail: _____

Formulário 1 - Data: 1/01/04



O PEDIDO DE REGISTRO DE PROGRAMA DE COMPUTADOR

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA



```
/**
 * Simple HelloButton() method.
 * @version 1.0
 * @author john doe <doe.j@example.com>
 */
HelloButton()
{
    JButton hello = new JButton( "Hello, wor
    hello.addActionListener( new HelloBtnList

    // use the JFrame type until support for t
    // new component is finished
    JFrame frame = new JFrame( "Hello Button"
    Container pane = frame.getContentPane();
    pane.add( hello );
    frame.pack();
    frame.show();           // display the fra
}
```

**LISTAGEM INTEGRAL OU PARCIAL DO
PROGRAMA E OUTROS DADOS QUE
CARACTERIZEM CRIAÇÃO INDEPENDENTE**

O PEDIDO DE REGISTRO DE PROGRAMA DE COMPUTADOR

**DOCUMENTAÇÃO
TÉCNICA**



LEI DE SOFTWARE

ART. 3º, §1º, III

**Apesar de poder conter
apenas trechos do
programa, estes trechos
devem ser capazes de
caracterizar a criação
independente e identificá-lo**

O PEDIDO DE REGISTRO DE PROGRAMA DE COMPUTADOR

**DOCUMENTAÇÃO
TÉCNICA**



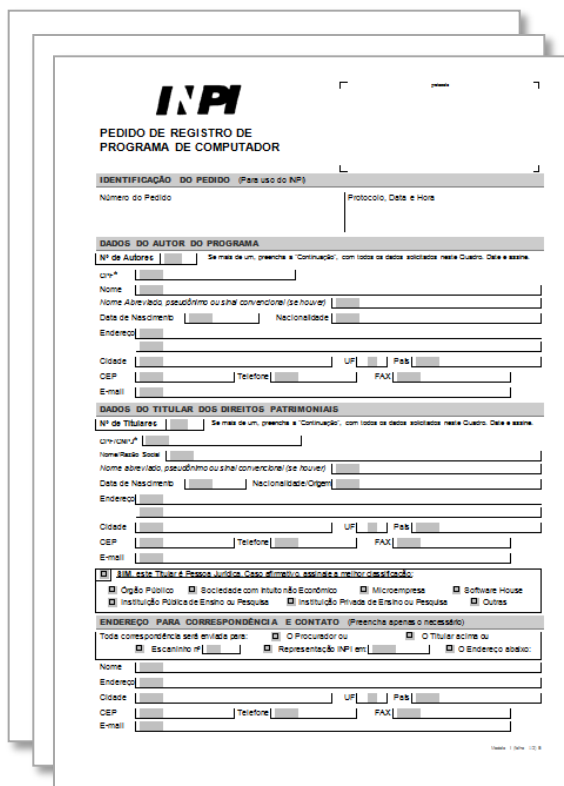
LEI DE SOFTWARE

ART. 3º, §2º.

**Os trechos do programa
contidos no pedido são
de caráter sigiloso, não
podendo ser revelados...**

O PEDIDO DE REGISTRO DE PROGRAMA DE COMPUTADOR

DOCUMENTAÇÃO FORMAL

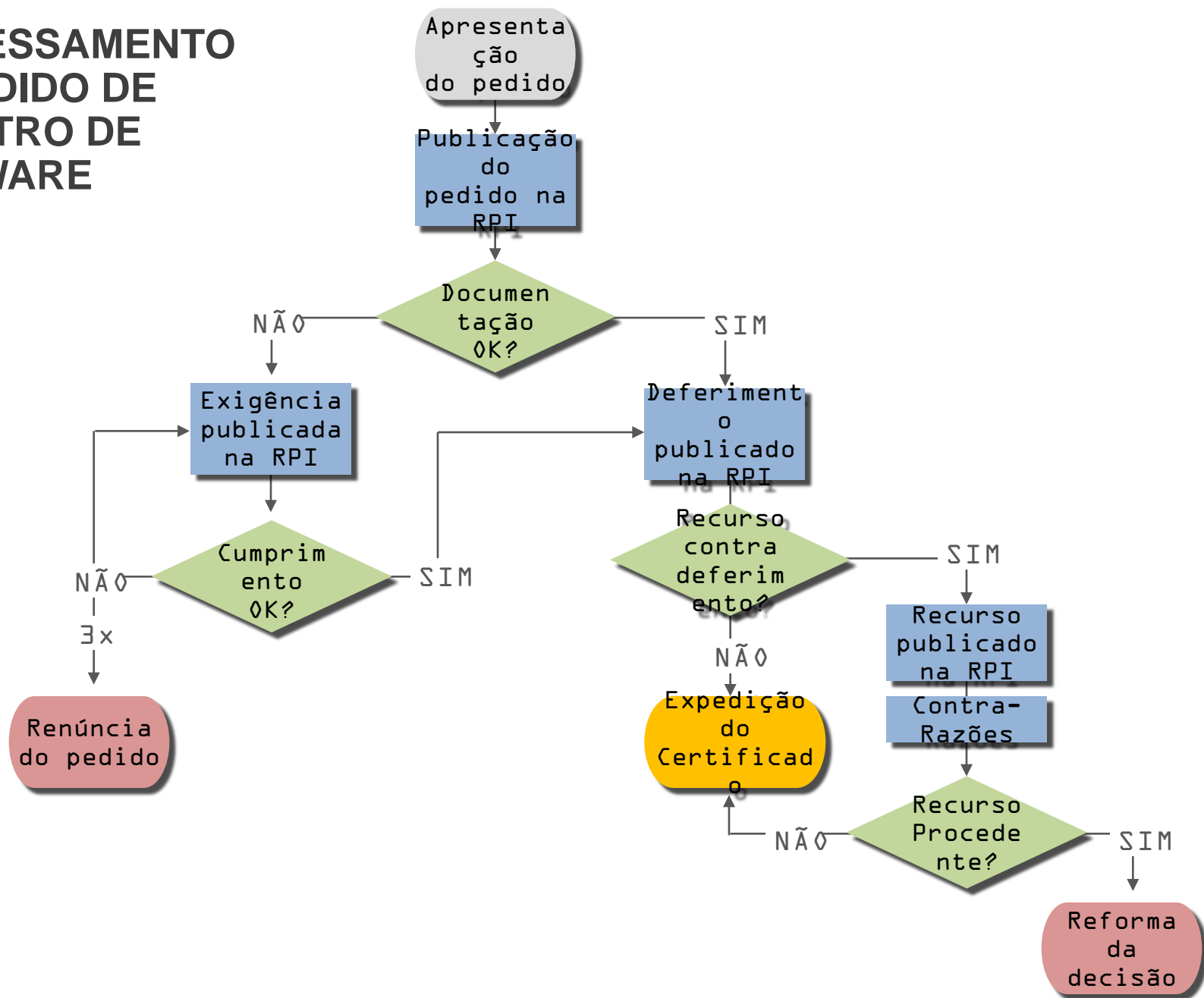


O formulário é dividido em seções principais:

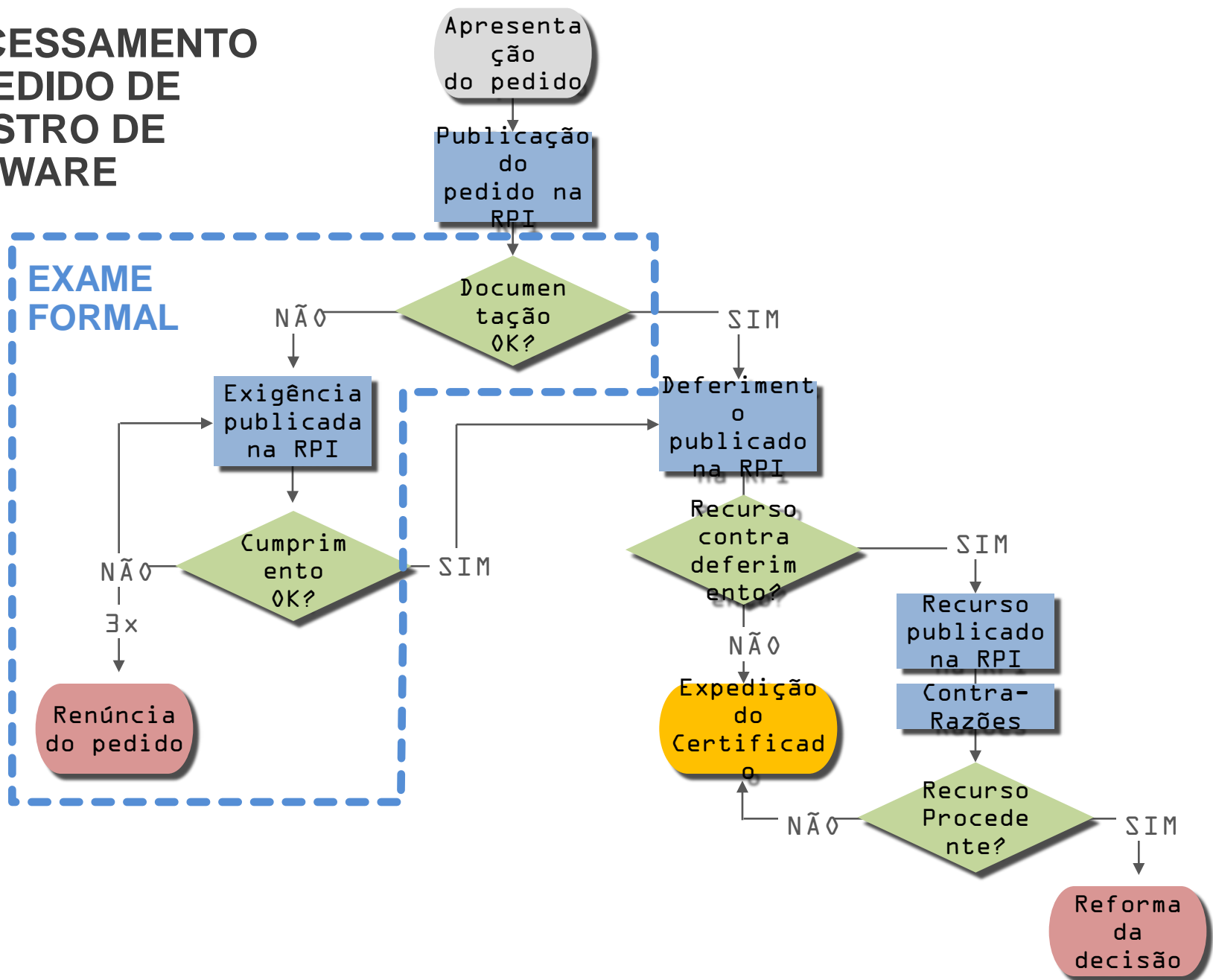
- IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO (Para uso do INPI):** Campos para Número do Pedido e Protocolo, Data e Hora.
- DADOS DO AUTOR DO PROGRAMA:** Campos para Nome, Nome Abreviado (pseudônimo ou sigla convencional, se houver), Data de Nascimento, Nacionalidade, Endereço, Cidade, UF, País, CEP, Telefone, FAX e E-mail.
- DADOS DO TITULAR DOS DIREITOS PATRIMONIAIS:** Campos para Nome/Razão Social, Nome Abreviado (pseudônimo ou sigla convencional, se houver), Data de Nascimento, Nacionalidade, Origem, Endereço, Cidade, UF, País, CEP, Telefone, FAX e E-mail.
- TIPO DE TITULAR:** Seção com checkboxes para: ☐ Órgão Público, ☐ Sociedade com intuito não econômico, ☐ Microempresa, ☐ Software House, ☐ Instituição Pública de Ensino ou Pesquisa, ☐ Instituição Privada de Ensino ou Pesquisa, ☐ Outras.
- ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA E CONTATO (Preencher apenas o necessário):** Campos para Nome, Endereço, Cidade, UF, País, CEP, Telefone, FAX e E-mail.

- **Formulário de pedido de registro de programa de computador**
download em www.inpi.gov.br,
seção “Programa de computador”
- **Guia de Recolhimento (GRU) paga**
gerada a partir de www.inpi.gov.br, aba “e-INPI”
- **Autorização para cópia da documentação técnica (caso depositado em CD/DVD)**
- **Procuração (se for o caso)**
- **Documento comprobatório da titularidade**
- **Autorização do titular do programa original**

PROCESSAMENTO DO PEDIDO DE REGISTRO DE SOFTWARE



PROCESSAMENTO DO PEDIDO DE REGISTRO DE SOFTWARE





SE NÃO
HOVER
EXIGÊNCIAS,
O REGISTRO
DE PROGRAMA
DE COMPUTADOR EM MÉDIA
HOJE É CONCEDIDO EM 9 MESES

REVISTA DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

SEÇÃO I (DIRPA e DICIG)

342 DICIG - Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros

RPI 2122 de 06/09/2011

Procurador: CÉSAR ALEXANDRE
LEÃO BARCELLOS

Processo: 12070-2 080

Título: TEMA/PROTOCOLO
DINÂMICO

Titular: TEMA INFORMÁTICA LTDA
Criador: LISIANE SCALABRIN ROVANI,

MARCOS VENICIO BRINGHENTI,
PAULO ROBERTO GARBINI,

RICARDO LUIZ GARBINI
Linguagem: ASP, JAVA,

POWERBUILDER
Campo de Aplicação: AD-01, AD-02,

AD-04, IF-02, IF-07
Tipo de Programa: AP-01

Data da Criação: 20/07/1998
Regime de Guarda: Sigilo Até

24/06/2021
Procurador: CÉSAR ALEXANDRE

LEÃO BARCELLOS

Processo: 12071-4 080

Título: TEMA/DOC'S E LEIS
Titular: TEMA INFORMÁTICA LTDA

Criador: LISIANE SCALABRIN ROVANI,

MARCOS VENICIO BRINGHENTI,
PAULO ROBERTO GARBINI,

RICARDO LUIZ GARBINI
Linguagem: ASP, JAVA,

POWERBUILDER
Campo de Aplicação: AD-01, IF-02

Tipo de Programa: AP-01
Data da Criação: 27/07/1998

Regime de Guarda: Sigilo Até
24/06/2021

Procurador: CÉSAR ALEXANDRE
LEÃO BARCELLOS

Processo: 12072-6 080

Título: TEMA/CONTROLE DE
MATERIAIS - ADMINISTRAÇÃO DE

MATERIAIS E ALMOXARIFADO
Titular: TEMA INFORMÁTICA LTDA

Criador: LISIANE SCALABRIN ROVANI,

MARCOS VENICIO BRINGHENTI,
PAULO ROBERTO GARBINI,

RICARDO LUIZ GARBINI
Linguagem: ASP, JAVA,

Linguagem: DELPHI
Campo de Aplicação: AD-06, AD-08,

CC-03, IN-04, IN-05
Tipo de Programa: AP-01, AP-02, AP-

03, AP-04, AP-05
Data da Criação: 26/05/2000

Regime de Guarda: Sigilo Até
16/06/2021

Procurador: Não informado ou
inexistente

Processo: 11974-6 090

Título: WEBCLINIC
Titular: DIMAS FRANCISCO SILVA

JUNIOR
Criador: DIMAS FRANCISCO SILVA

JUNIOR
Linguagem: JAVA

Campo de Aplicação: SD-01, SD-02,

SD-06, SD-08, SD-09
Tipo de Programa: AP-01, AT-06, GI-01,

IT-03, TC-04
Data da Criação: 18/07/2009

Regime de Guarda: Sigilo Até
21/06/2021

Procurador: Não informado ou
inexistente

Processo: 11979-2 090

Título: DRD REGISTRO CIVIL
Titular: EDUARDO SILVA DOS

SANTOS
Criador: EDUARDO SILVA DOS

SANTOS
Linguagem: OBJECT PASCAL, SQL,

XML
Campo de Aplicação: AD-01, AD-02,

AD-05, DI-03, IF-10
Tipo de Programa: AT-01, AT-06, FA-

02, GI-01, GI-04
Data da Criação: 01/02/1999

Regime de Guarda: Sigilo Até
17/06/2021

Procurador: Não informado ou
inexistente

Processo: 11980-1 090

Título: DRD TABELIONATO
Titular: EDUARDO SILVA DOS

Campo de Aplicação: IF-10, SD-01, SD-

06, SD-07
Tipo de Programa: AT-01, FA-01

Data da Criação: 05/04/2010
Regime de Guarda: Sigilo Até

03/06/2021
Procurador: Não informado ou

inexistente

Processo: 12007-2 090

Título: PAF-PROGRAMA DE
ASSISTÊNCIA AO FUMANTE -

VERSÃO WEB
Titular: INSTITUTO JAQUELINE

SCHOLZ ISSA E MARIO ISSA DE
CARDIOLOGIA LTDA

Criador: JAQUELINE SCHOLZ ISSA
Linguagem: VISUAL BASIC

Campo de Aplicação: SD-01, SD-02,

SD-05, SD-06, SD-08
Tipo de Programa: AP-01, FA-01, TC-01

Data da Criação: 01/07/2007
Regime de Guarda: Sigilo Até

21/06/2021
Procurador: BARONE, ADVOGADOS

ASSOCIADOS

120

CONCESSÃO DO
REGISTRO

Processo: 03654-6 120

Título: ENTERPRISING
Titular: ENTERPRISING

CONSULTORIA LTDA
Criador: FLÁVIO SOUZA DE

AZEVEDO, LUIS ANDRÉ GOMES
BALTAREJO, RODRIGO DE SOUZA

RUIZ
Linguagem: DELPHI

Campo de Aplicação: AD-05, AD-06,

AD-09, AD-10
Tipo de Programa: AP-03, AP-05, AT-

02, AT-03
Data da Criação: 01/01/2000

Regime de Guarda: Sigilo Até

03/04/2011

Procurador: SENIOR'S MARCAS E

Tipo de Programa: GI-01, GI-02, PD-05,

UT-01
Data da Criação: 10/01/2005

Regime de Guarda: Sigilo Até
15/06/2015

Procurador: Não informado ou
inexistente

Processo: 06812-6 120

Título: AMS - AXUR MONITOR
SYSTEM

Titular: AXUR COMUNICAÇÕES LTDA
Criador: GUSTAVO DE CASTRO

SCOTTI
Linguagem: ASSEMBLER, C, C++, PHP

Campo de Aplicação: AD-01, AD-05
Tipo de Programa: GI-01, SO-02

Data da Criação: 01/01/2003
Regime de Guarda: Sigilo Até

14/06/2015
Procurador: PAP MARCAS E

PATENTES S/C LTDA

Processo: 06840-4 120

Título: INTERPRINT - SISTEMA DE
EXAME TEÓRICO/TECNICO-

ELETRÔNICO- VII
Titular: INTERPRINT LTDA

Criador: LILIAN HELENA DE FARIA

SANTOS, MARIA PEREIRA
HONORATO DOS SANTOS

Linguagem: VISUAL BASIC 6.0
Campo de Aplicação: IF-10

Tipo de Programa: AP-01, AV-01, GI-01
Data da Criação: 04/11/2002

Regime de Guarda: Sigilo Até
27/06/2015

Procurador: FERRARO E FACCIOLI
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Processo: 06841-6 120

Título: GESTÃO DE RECURSOS
HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO

EN-SOF RH
Titular: INFORMATION TRENDS

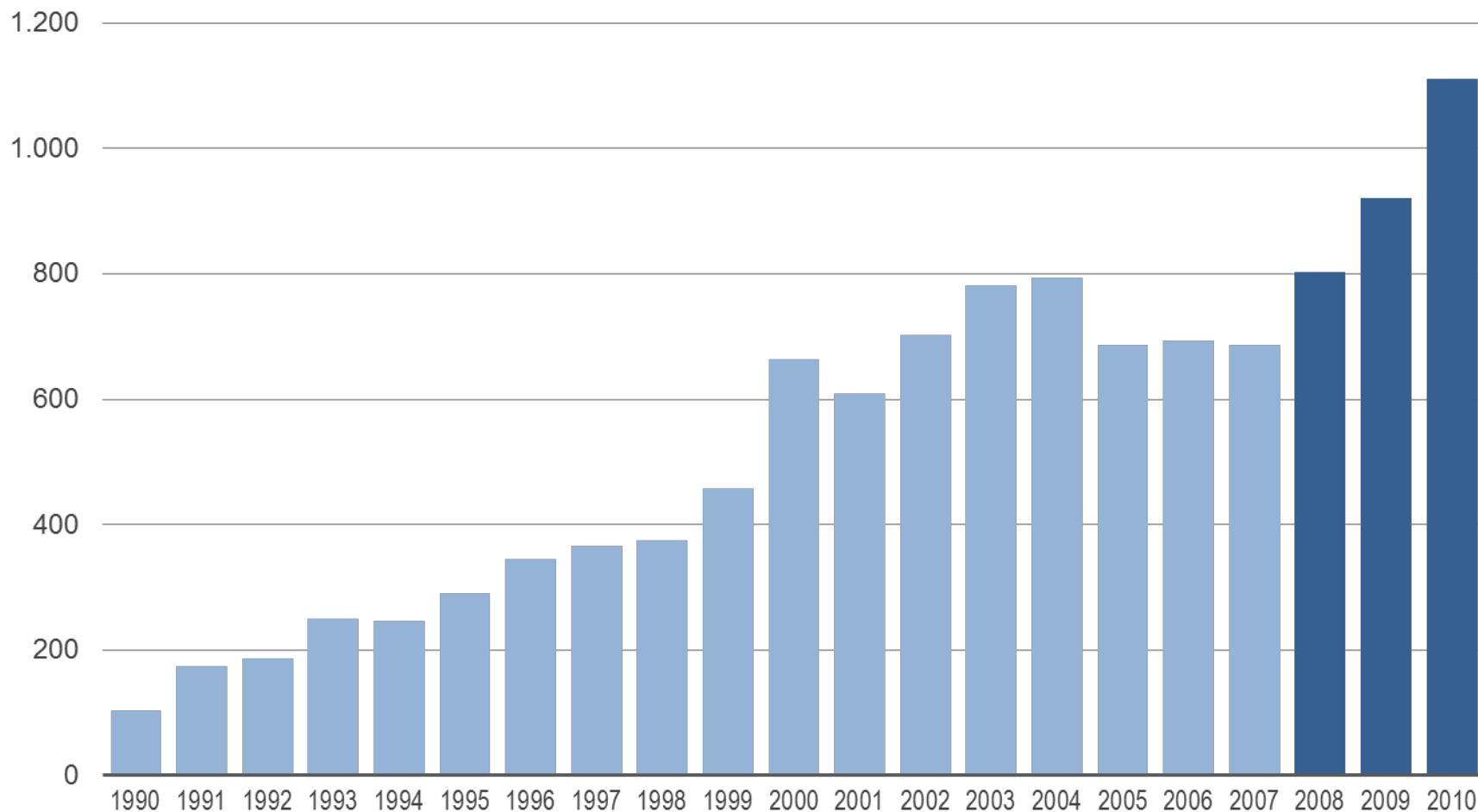
CONSULTORIA E INFORMÁTICA
LTDA

Criador: CARLOS ALBERTO CEZAR,

JANETE OZAKI, LUIZ MAURICIO

PEDIDOS DE REGISTRO DE SOFTWARE

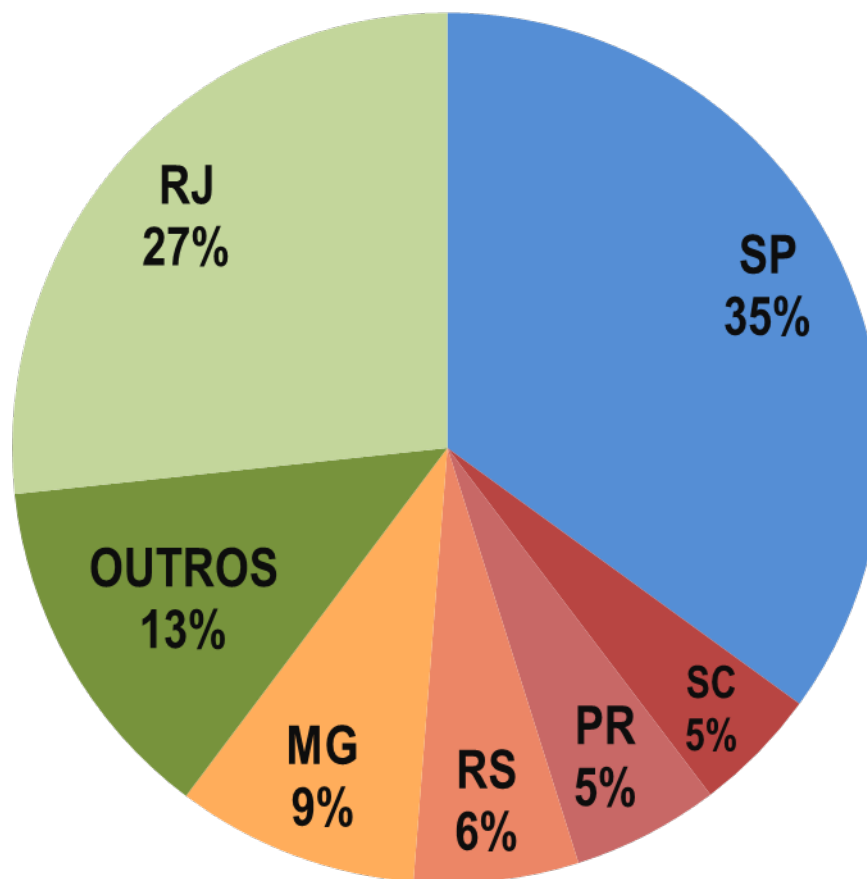
DEPÓSITOS ANUAIS, 1990 A 2010



DEPÓSITOS POR ESTADO

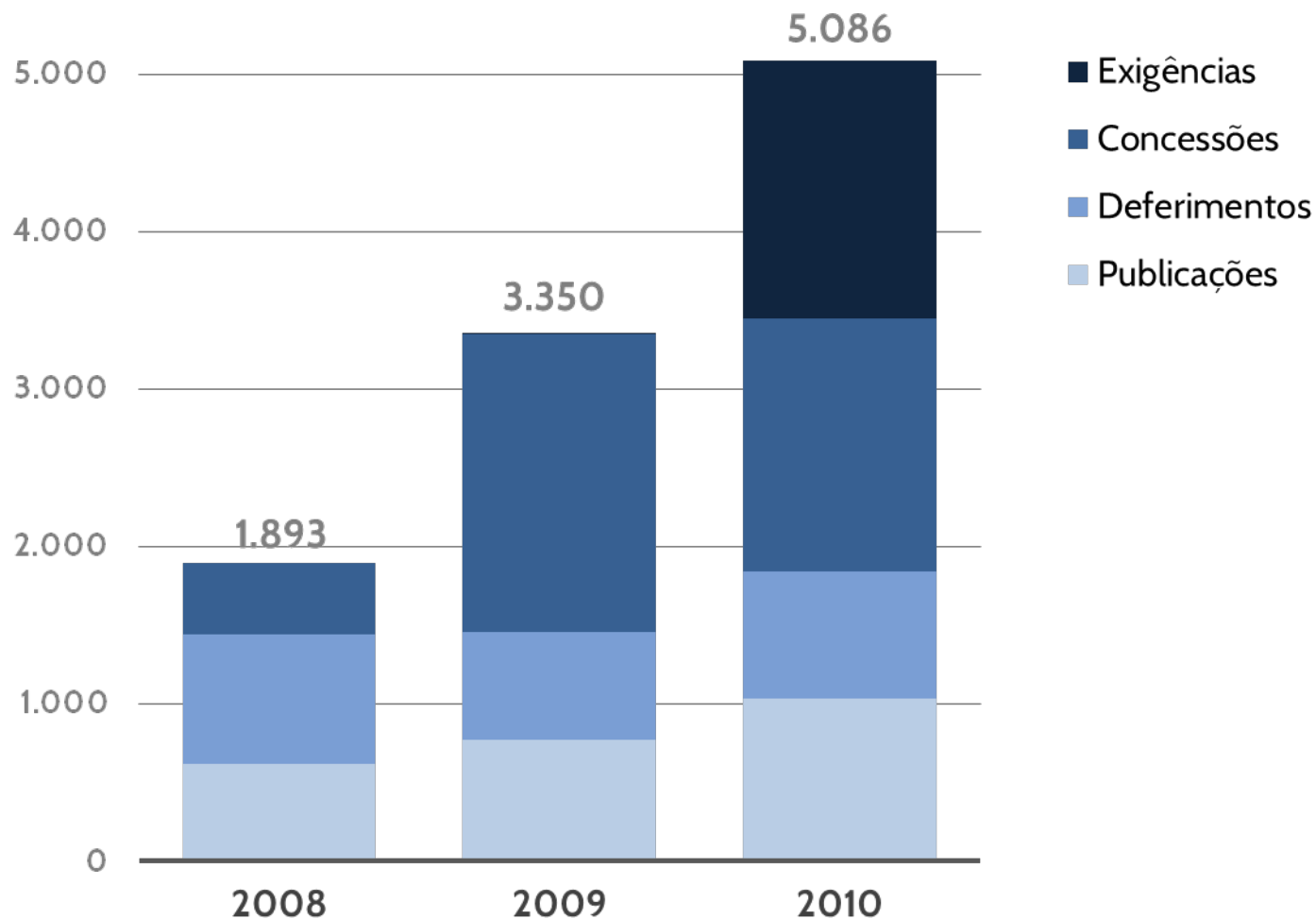
DE 2000 A 2010 (TOTAL)

UF	TOTAL
SP	2.957
RJ	2.255
MG	761
RS	517
PR	461
SC	395
DF	369
BA	124
CE	110
PE	100
MT	80



DESPACHOS PUBLICADOS NA RPI

TOTAIS ANUAIS, 2008 A 2010





www.inpi.gov.br

registro_de_software@inpi.gov.br